



portalbenews.com.br

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA Desafios do setor eólico exigem abordagem integrada, afirma secretário do MME ▶ **p3**

SUSTENTABILIDADE Estudo propõe medidas para Brasil cortar 80% das emissões de carbono até 2050 ▶ **p4**

Reprodução/MPor



Aviação comercial do Brasil tem melhor setembro da história

Setor atinge quase 10 milhões de passageiros, o melhor desempenho já registrado no mês desde o início da série histórica da Anac, em 2000 ▶ **p7**

Divulgação



Trabalhadores portuários param, mas portos operam sem grandes atrasos ▶ **p6**

ACORDO Eletrobras e Ocean Winds firmam parceria para explorar energia eólica offshore ▶ **p3**

ABDPM Em congresso, relator nega falta de diálogo em revisão do marco legal dos portos ▶ **p5**

CEARÁ Empresa recebe aval para projeto de hidrogênio verde no Complexo do Pecém ▶ **p8**

EDITORIAL

Recorde na aviação comercial

O céu brasileiro nunca esteve tão movimentado. Os números recordes da aviação comercial em setembro, com um crescimento de 5,7% em relação ao mesmo período do ano passado, demonstram a força e a vitalidade desse setor estratégico para a economia nacional. A superação da marca de 10 milhões de passageiros transportados é um feito histórico que reflete a confiança dos brasileiros em suas viagens aéreas e o sucesso desse segmento, impulsionado por recentes políticas públicas.

A retomada do crescimento da aviação civil brasileira é resultado de um conjunto de fatores, como a expansão da frota de aeronaves, a abertura de novas rotas, a redução das tarifas e a melhoria da qualidade dos serviços. O investimento em infraestrutura aeroportuária, com a ampliação e modernização de terminais, também contribuiu para esse resultado positivo.

A expansão da oferta de voos para destinos pouco atendidos, como Aruba e Bogotá, demonstra a importância do planejamento estratégico do Governo para o setor. Ao conectar o Brasil a novos mercados, o poder público está estimulando o turismo, o comércio e a geração de emprego e renda.

Os dados regionais mostram um crescimento generalizado da aviação civil em todo o País, com destaque para o Nordeste e o Norte, regiões que historicamente têm apresentado um menor desenvolvimento do setor. Esse aumento é fruto de políticas públicas que visam reduzir as desigualdades regionais e promover o desenvolvimento sustentável.

A recuperação da aviação civil brasileira é uma notícia positiva para a economia como um todo. O setor aéreo é um importante motor de crescimento, gerando empregos diretos e indiretos em diversas áreas, como turismo, hotelaria, comércio e serviços. Além disso, a conectividade aérea facilita a integração entre as diferentes regiões do País, estimulando o desenvolvimento econômico e social.

Nesse cenário, é fundamental que o Governo continue investindo na aviação civil, buscando a expansão da malha aérea, a redução das tarifas e a melhoria da qualidade dos serviços. A parceria entre o setor público e o privado é essencial para garantir o sucesso desse processo.

A retomada do crescimento da aviação civil brasileira é um sinal de que o País está no caminho certo. Ao investir em infraestrutura, em tecnologia e em recursos humanos, o Brasil poderá se consolidar como um dos principais centros de aviação da América Latina e atrair cada vez mais turistas e investimentos estrangeiros. Com planejamento estratégico, investimentos e a colaboração de todos os atores envolvidos, o setor tem um futuro promissor pela frente.

NESTA EDIÇÃO



- ▲ MANCHETE
- 7 Aviação comercial bate recorde em setembro com 10 milhões de passageiros

HUB

- 3 Ministros negociam parcerias e buscam investimentos na Europa

NACIONAL

- 3 Desafios do setor eólico exigem abordagem integrada, afirma secretário do MME

Eletrobras e Ocean Winds firmam parceria para explorar energia eólica offshore

- 4 Estudo propõe medidas para Brasil cortar 80% das emissões de carbono até 2050

Brasil é o 8º maior poluidor de plástico no oceano do mundo

- 5 Relator nega falta de diálogo em revisão do marco legal dos portos

Mudança nas regras para TUPs será lançada até o fim do ano, diz secretária do MPor

- 6 Trabalhadores portuários param, mas portos operam sem grandes atrasos

REGIÃO SUL

- 7 Base Aérea de Canoas finaliza operações comerciais com reabertura do Salgado Filho

REGIÃO NORDESTE

- 8 Fortescue recebe aval para projeto de hidrogênio verde no Pecém



Sistema BE News de Comunicação

Sede
Alameda Campinas, 802, 6º andar,
São Paulo, São Paulo
01404-200, BR

Sucursal Brasília
SRTVS Quadra 701, bloco O, nº 110
Edifício Multiempresarial, sala 520,
Bairro Asa Sul
Brasília, Distrito Federal
70340-000, BR

Sucursal Santos
Rua Brás Cubas, 37, Sala 11
Santos, São Paulo
11013-919, BR

Diretor-presidente
Fabrício Julião

Diretor-superintendente
Márcio Delfim

Diretora administrativo-financeira
Jaclyra Lima

Diretor-geral
Leopoldo Figueiredo

Diretora comercial
Roberta Riccioppo

Editor-executivo - Jornal BE News
Alexandre Fernandes

Editora-executiva - Portal BE News
Vanessa Pimentel

Editor-executivo - TV BE News
Gustavo Zanaroli

Editora de Arte - Jornal BE News
Mônica Mathias

Equipe de reportagem
Cássio Lyra, Júnior Batista, Marília Sena,
Paulo José Ribeiro, Yousefe Sipp e
Vitória Malafati (estagiária)

Colunista
Ivani Cardoso

O Jornal BE News é filiado à



FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR

Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para atendimento@redebenews.com.br

INSCREVA-SE

Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em www.portalbenews.com.br

PUBLICIDADE

publicidade@redebenews.com.br

(11) 91615.1200



Desafios do setor eólico exigem abordagem integrada, afirma secretário do MME

Durante o Brazil Windpower, Thiago Barral aponta necessidade de enfrentar baixa demanda e corte de receitas com apoio de novas linhas de transmissão

Divulgação/MME



O secretário de Transição Energética e Planejamento do MME, Thiago Barral, representou o ministro Alexandre Silveira no maior evento de energia eólica da América Latina

Missão Europa 1

Os ministros Renan Filho (Transportes) e Silvio Costa Filho (Portos e Aeroportos) realizam uma missão comercial na Europa, apresentando a carteira de investimentos do Brasil. Há projetos nas áreas rodoviárias, ferroviárias, aeroportuárias e portuárias, que estão sendo apresentados a grupos de equity e crédito em infraestrutura, agentes do mercado financeiro e empresas focadas em infraestrutura sustentável.

Missão Europa 2

Como parte da missão, Renan Filho participa nessa quarta-feira, dia 23, da Ibero-América GRI Infra & Energy em Madrid, na Espanha. O evento reunirá os maiores líderes do segmento de transporte e energia. Amanhã, a agenda continuará em Londres, com reuniões com 40 representantes do setor bancário europeu sobre os projetos brasileiros. "O Brasil tem, hoje, a maior carteira de concessões rodoviárias de todo o planeta. E nossa carteira não é só a maior, é a mais arrojada também", destacou o ministro.

Missão Europa 3

Silvio Costa Filho esteve na Espanha na segunda-feira, quando visitou o Porto de Valência, o principal do país, e assinou um protocolo de intenções entre o Ministério de Portos e Aeroportos e a Fundación Valenciaport, que visa a capacitação e qualificação de trabalhadores do sistema portuário. O órgão espanhol vem desenvolvendo projetos de descarbonização em portos estratégicos do Brasil, como os de Paraná, Itaquí e Fortaleza.

Missão Europa 4

Em Madrid, nessa terça-feira, Costa Filho se reuniu com representantes da Air Europa para discutir o fortalecimento do setor aéreo dos dois países. O objetivo foi viabilizar novos voos da Espanha para o Brasil, especialmente para o Nordeste.

Implosão na hidrovía 1

A ponte que cruza o Rio Tietê no município de Barbosa (SP), no km 262 da Rodovia Assis Chateaubriand (SP-425), será implodida nesta quarta-feira, em uma operação do Departamento de Estradas de Rodagem (DER), da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil) do Estado de São Paulo. A estrutura de concreto será substituída por uma ponte metálica, ampliando o vão de navegação de 39 para 110 metros e, como resultado, facilitando o transporte de cargas pela Hidrovía Tietê-Paraná.

Implosão na hidrovía 2

A implosão ocorrerá ao meio-dia. A população local será alertada da iminência da realização da operação com sirenes às 11h30, 11h55 e 11h59.

Da Redação
redacao.jornal@redenebnews.com.br

O setor eólico desempenha um papel crucial na segurança energética e sustentabilidade da matriz elétrica brasileira, representando atualmente 16% da oferta de energia do país. Essa fonte renovável tem mostrado força com uma capacidade instalada de 33 gigawatts (GW), alcançando recordes com a instalação de 5 GW em apenas um ano. No entanto, apesar desse crescimento, o setor enfrenta desafios, como a desmobilização parcial de sua capacidade, devido à baixa demanda e

à redução de receitas.

Durante o Brazil Windpower (BWP), o maior evento de energia eólica da América Latina, na terça-feira (22), em São Paulo, o secretário nacional de Transição Energética e Planejamento do Ministério de Minas e Energia (MME), Thiago Barral, representando o ministro Alexandre Silveira, destacou a importância de enfrentar os desafios do setor de forma integrada. "Não existe uma solução única, mas precisamos enfrentar o problema de maneira integrada", afirmou Barral.

Entre as iniciativas do Governo para mitigar os obstáculos enfrentados pela indústria eólica, Barral mencionou o trabalho conjunto com o Operador Nacional do Sistema

(ONS) para aprimorar a gestão, aumentar a confiabilidade e otimizar o potencial dessa energia. Além disso, novas linhas de transmissão estão sendo implementadas para enfrentar os desafios de curto e médio/longo prazo.

O Brasil está em processo de eletrificação, com projeções de que a participação da eletricidade no fornecimento energético aumentará de 20% para 40% até 2050, conforme dados do MME. "Estamos vivendo um processo de eletrificação da indústria e um aumento no poder aquisitivo da população, que está consumindo cada vez mais eletricidade", destacou Barral, apontando para um crescimento anual de 3,4% na demanda de energia elétrica nos próximos dez anos, segun-

do o Plano Decenal 2034.

Para apoiar essa transição, o Brasil investe ativamente na infraestrutura de transmissão, o que contribui para a redução de riscos nos investimentos em energias renováveis, sem gerar custos adicionais para os consumidores. Além disso, o ministro Alexandre Silveira propôs um leilão para a contratação de baterias, visando aumentar a flexibilidade do sistema elétrico e melhorar a confiabilidade e competitividade do setor, especialmente frente à variabilidade das fontes renováveis.

Barral encerrou sua fala reafirmando o compromisso do MME em regulamentar o marco da energia eólica offshore no Brasil, uma medida essencial para expandir ainda mais a capacidade do setor energético.

Eletrobras e Ocean Winds firmam parceria para explorar energia eólica offshore

Acordo prevê cooperação estratégica para impulsionar projetos de energia limpa e descarbonização, com foco na transição energética do país

Da Redação
redacao.jornal@redenebnews.com.br

A Eletrobras firmou uma parceria com a Ocean Winds, joint venture entre Engie e EDP Renováveis, dedicada à energia eólica offshore, com o objetivo de explorar o desenvolvimento de projetos dessa fonte no Bra-

sil. O memorando de entendimentos assinado na terça-feira prevê o compartilhamento de conhecimento e esforços conjuntos em uma tecnologia que tem o potencial de gerar grandes volumes de energia renovável no futuro, mas que ainda carece de um marco regulatório no país.

A Ocean Winds destacou em comunicado que "direciona estrategicamente seus esfor-

ços para o Brasil", considerando o potencial do país para "atender à crescente demanda por energia renovável no longo prazo, apoiar a transição energética e gerar oportunidades para a cadeia de suprimentos e para as comunidades locais".

Desde 2021, a Ocean Winds estuda projetos de energia eólica offshore no Brasil e já solicitou licenciamento junto ao Ibama para 15 giga-

watts (GW) de projetos, que seriam implantados em águas do Piauí, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

A Eletrobras, maior empresa elétrica da América Latina, possui um extenso portfólio de geração de energia renovável, predominantemente hidrelétrica, mas com uma participação ainda limitada em eólicas onshore.

NACIONAL

Estudo propõe medidas para Brasil cortar 80% das emissões de carbono até 2050

Relatório sugere reestruturação da Petrobras e maior investimento em energias limpas como caminho para a descarbonização

Jamil Bittar/Agência Brasil

JÚNIOR BATISTA
junior.batista@redeneews.com.br

Um estudo divulgado na terça-feira (22) pela rede Observatório do Clima (OC) apresenta um possível caminho para o Brasil reduzir em até 80% as emissões anuais de gases do efeito estufa no setor energético até 2050. O plano inclui uma série de medidas que, ao longo de 26 anos, permitiriam atender à demanda de energia do país com um crescimento médio do Produto Interno Bruto (PIB) de 2,1% ao ano e garantir a transição para um modelo de baixo carbono. As informações foram publicadas pela Agência Brasil.

Entre as principais ações propostas está a eliminação de subsídios do Governo aos combustíveis fósseis, como petróleo, gás natural e carvão mineral, além de mudanças na Petrobras e no modelo de desenvolvimento energético. Caso essas medidas sejam implementadas, o Brasil poderia reduzir suas emissões para 102 milhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente (CO₂e) no setor



Entre as medidas que o estudo propõe estão aumentar o uso de energias renováveis, como a solar e a eólica, no setor elétrico, associadas a novas tecnologias de armazenamento

de energia até 2050. Sem essas ações, a projeção de emissões é muito mais elevada, atingindo 558 milhões de toneladas de CO₂ e, mesmo com os compromissos atuais do poder público e os planos estratégicos das empresas do setor.

De acordo com a coordenadora de políticas públicas do OC, Suely Araújo, o estudo demonstra que o Brasil tem condições de se tornar a primeira grande economia do mundo a sequestrar mais gases de efeito

estufa do que emite. “Demonstra que podemos alterar rotas equivocadas e contribuir no setor de energia para que o Brasil se torne um país carbono negativo até o ano de 2045”, ressaltou.

O estudo detalha diretrizes importantes para a transição energética do Brasil. Entre as medidas estão o aumento do uso de energias renováveis, como a solar e a eólica, no setor elétrico, associadas a novas tecnologias de armazenamento. Também prevê o desenvolvi-

mento da indústria de hidrogênio verde, além de mais investimentos em biocombustíveis e na eletrificação do transporte público coletivo, priorizando-o em relação ao transporte individual motorizado nas áreas urbanas.

Outra recomendação do relatório é o redirecionamento dos subsídios governamentais, atualmente voltados para os combustíveis fósseis, para financiar a transição energética. Também é sugerido interrom-

per a expansão da exploração de petróleo, revertendo propostas como a abertura de novos poços na Foz do Amazonas.

A transformação da Petrobras é vista como uma ação estratégica. A estatal, segundo o estudo, precisaria passar por uma reestruturação para se tornar uma empresa de energia com foco em fontes de baixo carbono, o que incluiria a redução gradual da produção de petróleo, sem prejudicar o valor da empresa no mercado.

Além dos benefícios ambientais, o estudo aponta que essas diretrizes poderiam contribuir para a superação da pobreza energética no Brasil e corrigir injustiças no acesso à energia, tornando a produção mais eficiente.

O estudo também alerta para a importância de garantir uma transição energética sustentável. Embora o setor de energia responda por apenas 17,8% das emissões brutas de gases de efeito estufa no Brasil, a equipe do OC destaca que a reestruturação do setor é fundamental para que o país alcance a descarbonização de maneira sólida.

Brasil é o 8º maior poluidor de plástico no oceano do mundo

Relatório da ONG Oceana revela que 200 espécies marinhas estão em risco

Martine Perret/ONU via Agência Brasil

Da Redação
redacao.jornal@redeneews.com.br

O Brasil ocupa a oitava posição mundial e é o maior poluidor da América Latina em relação ao descarte de plástico no oceano, com 1,3 milhão de toneladas despejadas anualmente. O dado foi revelado pelo relatório “Fragmentos da Destruição: impacto do plástico à biodiversidade marinha brasileira”, divulgado na quinta-feira (17) pela Organização Não Governamental (ONG) Oceana. Esse volume representa 8% do total de poluição plástica global.

O oceanólogo e diretor-geral da Oceana, Ademilson Zamboni, explicou que o estudo serve como uma ferramenta para dimensionar o problema da poluição plástica no país,

visando uma transição que supere os desafios ambientais, econômicos e sociais do modelo atual. “O plástico que polui nossos mares chega lá por conta de um modelo de produção e descarte que precisa ser urgentemente substituído”, afirmou Zamboni, conforme declaração publicada pela Agência Brasil.

O relatório aponta que a poluição plástica impacta ecossistemas e até a alimentação humana. Os pesquisadores identificaram a ingestão de plástico em 200 espécies marinhas, das quais 85% estão em risco de extinção. Um em cada dez desses animais morreu devido a problemas como desnutrição e redução da imunidade, resultantes da exposição a compostos químicos prejudiciais, conforme descrito no documento.

Com base nos Projetos de Monitoramento de Praias da



Bacia de Santos e da Bacia de Campos, que analisaram o conteúdo estomacal de 12.280 aves, répteis e mamíferos marinhos, foi identificado plástico em 49 das 99 espécies estudadas. As tartarugas foram as mais contaminadas, apresentando resíduos sólidos em 82,2% das amostras.

Na costa brasileira, a ingestão de plástico já foi registrada em todas as espécies de tarta-

rugadas marinhas. No caso das tartarugas-verdes, o estudo mostrou que 70% dos 250 indivíduos analisados ingeriram plástico, podendo chegar a 100% em algumas áreas.

Os pesquisadores também observaram que 98% das 14 espécies de peixes amazônicos analisadas em riachos continham plástico ou microplástico no sistema digestivo e nas brânquias. Além disso, a conta-

De acordo com o relatório, na costa brasileira, a ingestão de plástico já foi registrada em todas as espécies de tartarugas marinhas e em 70% das 250 tartarugas-verdes analisadas

minação foi constatada em moluscos, como ostras e mexilhões, indicando que o consumo desses animais pode ser uma via de contaminação para os seres humanos.

“A devastação do plástico na vida marinha segue em grandes proporções e não resta outra saída a não ser a diminuição do alto volume de resíduos despejado continuamente no mar”, enfatiza o relatório.

As recomendações ao Poder Público incluem investimentos em pesquisa e desenvolvimento, promoção de alternativas acessíveis ao plástico e a necessidade de uma legislação específica que regule a produção de plásticos, especialmente os descartáveis.

Relator nega falta de diálogo em revisão do marco legal dos portos

Em abertura de congresso da ABDPM, Celso Peel destaca participação de sindicatos e garante exclusividade para trabalhadores certificados na nova proposta

Yousefe Sipp/BE News

MARÍLIA SENA
marilia.sena@redebeneews.com.br
YOUSEFE SIPP
yousefe.sipp@redebeneews.com.br



De acordo com o desembargador Celso Peel, o novo marco regulatório não eliminará a exclusividade nos acordos trabalhistas, mas será direcionado a profissionais qualificados

O relator do novo marco legal dos portos, desembargador Celso Peel, rebateu na terça-feira, 22, as críticas sobre a falta de diálogo durante as discussões do texto que será votado nesta quarta-feira, 23, na Comissão de Juristas para Revisão Legal da Exploração de Portos e Instalações Portuárias (Cepertos). Ele falou sobre o assunto na abertura do I Congresso Nacional de Direito Portuário e Marítimo. O evento em Brasília (DF) é organizado pela Academia Brasileira de Direito Portuário e Marítimo (ABDPM).

“A Comissão foi dividida em três subcomissões: a primeira abordou temas gerais da atividade portuária, a segunda focou na desburocratização e simplificação, e a terceira tratou da relação de trabalho. Todas essas subcomissões realizaram audiências públicas. É importante ressaltar que, embora a questão trabalhista estivesse presente

apenas na terceira subcomissão, todas as entidades sindicais foram recebidas e ouvidas em todas as audiências”, destacou Celso Peel.

De acordo com o desembargador, o projeto não eliminará a exclusividade nos acordos trabalhistas, mas será direcionado a profissionais qualificados. “Nossa ideia é defender o trabalho portuário. Não existe porto sem trabalhador e não há trabalho sem operação portuária.

Temos buscado alcançar essa sincronia, mantendo uma exclusividade, mas para quem é profissional qualificado. Essa proposta já foi aprovada pela terceira comissão, garantindo exclusividade para aqueles que forem certificados. Não existe atividade econômica no Brasil que deva ser atribuída a pessoas, mas sim a trabalhadores qualificados”, afirmou.

Ainda segundo Peel, o objetivo é utilizar as verbas recolhi-

das dos trabalhadores para a qualificação deles. “Esses trabalhadores têm exclusividade na prestação de serviços; portanto, ninguém pode contratar um técnico de segurança que não seja certificado. Nossa proposta visa valorizar a formação, a qualificação e o treinamento dos trabalhadores. Há uma análise do valor relativo que é recolhido pelas operadoras portuárias para o fundo. Queremos assegurar que esse

valor seja efetivamente utilizado na qualificação e certificação dos trabalhadores. Assim, aqueles que forem certificados e qualificados terão garantia de emprego exclusivo, já que a contratação de profissionais não certificados não é permitida”, acrescentou.

Na terça-feira, cerca de 50 mil trabalhadores portuários realizaram uma greve de 12 horas em protesto contra a proposta do texto, que sugere, entre outras mudanças, o fim do adicional noturno e do pagamento por adicional de risco, além de permitir a contratação de funcionários terceirizados para a guarda portuária.

A greve foi coordenada pela Federação Nacional dos Portuários (FNP), Federação Nacional dos Estivadores (FNE) e Fenccovib, que representa várias categorias de trabalhadores portuários. Um ato está programado para acontecer na Câmara dos Deputados nesta quarta-feira durante a votação do texto. Após a análise da Cepertos, o texto será enviado à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados para tramitação na Casa Legislativa.

Mudança nas regras para TUPs será lançada até o fim do ano, diz secretária do Mpor

Yousefe Sipp/BE News

O Governo Federal deve lançar até dezembro uma alteração na portaria ministerial da pasta de Portos e Aeroportos com o objetivo de atrair mais investimentos aos Terminais de Uso Privado (TUPs) no Brasil. A mudança é resultado dos primeiros trabalhos realizados no âmbito do Programa Navega Simples.

“Eu prometi e fiz o Eduardo Nery (diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antaq) prometer que, até o final do ano, vamos tentar uma alteração na portaria do Ministério que trata de TUPs e na resolução da Antaq que regula terminais privados, para que possamos desburocratizar (a simplificação de investimentos)”, afirmou a secretária-executiva do Ministério de Portos e Aeroportos, Mariana Pescatori, na terça-feira (22), durante um dos painéis do Congresso Nacional de Direito Marítimo e Portuário.

Mariana lembrou que, em outubro, ocorreu a primeira reunião ordinária do Comitê Técnico Interinstitucional do Pro-



A secretária-executiva do Ministério de Portos e Aeroportos, Mariana Pescatori, falou sobre o Navega Simples em um dos painéis do Congresso Nacional de Direito Marítimo e Portuário

grama Navega Simples. Ao final deste mês, está programada a criação de seis Grupos de Trabalho (Gts), responsáveis por elaborar um plano sobre os resultados anuais esperados. Os grupos se concentrarão em temas específicos, incluindo questões ambientais, mudanças climáticas e a agilização dos processos de outorga.

“Iniciamos conversas com 16 associações do setor para que possam nos indicar de quais comitês desejam participar ou por quais temas elas têm maior

interesse. O ideal é que haja divisão, pois comitês muito grandes acabam não sendo produtivos”, detalhou a representante do Governo.

“Pedimos também que os interessados busquem um entendimento para garantir representatividade em todos os grupos, evitando discussões longas que dificultam alcançar o resultado final desejado”, completou.

Lançado em junho deste ano, o programa Navega Simples se estabelece como uma

iniciativa do Ministério de Portos e Aeroportos que visa desburocratizar, simplificar e aprimorar as outorgas portuárias. O objetivo é revisar processos, procedimentos e normativas, em busca de novas soluções que contribuam para a melhor eficiência de um segmento tão importante para a economia.

Consultas

Mariana Pescatori explicou que a prioridade do que será abordado pelo setor será baseada

nas consultas públicas realizadas pela pasta ao longo do ano. “Nossas equipes se reuniram, analisaram um novo processo, verificaram quais são as redundâncias e o que podemos alterar e aprimorar”, detalhou.

“O que deve mudar significativamente é a ideia de sistematizar o processo. O setor não verá mais de forma separada o Ministério, a Antaq, a SPU (Secretaria do Patrimônio da União) ou o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis)”, observou.

“A proposta é que haja um sistema de autorização e arrendamentos, onde todo o fluxo processual de análise ocorrerá de forma simultânea entre os órgãos, permitindo reduzir o tempo e evitar redundâncias nas análises”, finalizou a secretária-executiva.

NACIONAL

Trabalhadores portuários param, mas portos operam sem grandes atrasos

Mobilização nacional tem adesão expressiva, mas movimentações permaneceram dentro da normalidade na maioria dos complexos

CÁSSIO LYRA
cassio.lyra@redenews.com.br

Trabalhadores portuários avulsos realizaram uma paralisação nacional nesta terça-feira, 22 de outubro, em protesto contra propostas de mudanças na legislação portuária, como a terceirização de serviços e o fim da exclusividade da categoria. Apesar da mobilização, que afetou portos em várias regiões do país, a maioria das movimentações e operações seguiu normalmente, conforme apurado pelo BE News.

Houve paralisações nos portos de Paranaguá (PR), Itaqui (MA), Santos (SP), São Francisco do Sul (SC), Itajaí (SC), Rio de Janeiro (RJ), Niterói (RJ), Itaguaí (RJ) e Vitória (ES). A greve também ocorreu em portos do Nordeste, como Salvador e Aratu (BA), Suape e Recife (PE) e Fortaleza (CE).

Na maioria dos portos, a paralisação começou às 7h, enquanto em outros as atividades foram suspensas às 8h. O movimento foi coordenado pela Federação Nacional dos Portuários (FNP), Federação Nacional dos Estivadores (FNE) e Fencovib (entidade que representa conferentes, consertadores, vigias, trabalhadores de bloco, arumadores e amarradores de navios), mobilizando mais de 50 mil trabalhadores nos principais complexos portuários do país. A greve estava programada para durar 12 horas.

A paralisação foi uma res-



Em Santos houve manifestação de trabalhadores em frente ao Brasil Terminal Portuário (BTP), terminal de contêineres da margem direita. O protesto ocorreu de forma pacífica

posta à decisão do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), de criar uma comissão para reformular a legislação portuária. Entre as propostas estão a terceirização dos serviços da Autoridade Portuária, a extinção da Guarda Portuária, a revogação da Lei 4.860/65, que regulamenta o adicional de risco e noturno, e o fim da exclusividade dos Trabalhadores Portuários Avulsos (TPA).

Na região Sul, sindicatos que representam trabalhadores da orla portuária do Rio Grande (RS) aderiram à greve, mas a Portos RS, autoridade portuária

dos portos públicos do estado, não se posicionou oficialmente. Em Santa Catarina, trabalhadores do Porto de Itajaí iniciaram a paralisação às 7h e seguiram até as 18h, com operações ocorrendo em ritmo mais lento devido à adesão parcial dos trabalhadores. Em São Francisco do Sul, cerca de 700 trabalhadores pararam suas atividades, afetando a rotina do porto.

No Porto de Paranaguá (PR), o segundo maior complexo portuário público do Brasil, trabalhadores se reuniram desde as 7h em frente ao Palácio Dom Pedro II. A Portos do Paraná informou que a paralisação

seguiria até às 19h, com algumas operações impactadas.

Sudeste

Em Santos houve manifestação em frente ao Brasil Terminal Portuário (BTP), terminal de contêineres da margem direita. O protesto ocorreu de forma pacífica. O BE News procurou a Autoridade Portuária de Santos (APS) a respeito dos impactos das operações no cais, mas não obteve resposta.

Sindicatos que representam trabalhadores avulsos do Porto de Santos aceitaram a cláusula de paz proposta pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2) durante audiência realizada na última sexta-feira (18). A liminar prevê a participação de 50% da mão de obra operando no maior complexo portuário do país. Segundo o Tribunal, três sindicatos aceitaram a cláusula proposta: Sintraport, Sindestiva e Sindogesp.

A Vports, concessionária que administra os portos do Espírito Santo, comunicou que

a diretoria mantém diálogo com os líderes da manifestação de trabalhadores avulsos, visando não comprometer os acessos e as operações nos complexos de Vitória e Vila Velha. As operações ocorreram de maneira normal, segundo a empresa.

No Rio de Janeiro, conforme informou a PortosRio, não houve paralisação das atividades em razão de uma liminar obtida pelo Sindicato dos Operadores Portuários do Estado (Sindoperj) e pelo Sindicato dos Operadores Portuários de Itaguaí (Sindopita). A Autoridade Portuária reiterou que os portos operaram normalmente.

Nordeste

No Nordeste, trabalhadores bloquearam o acesso ao Porto do Itaqui, no Maranhão, afetando todas as operações. A Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap) lamentou o descumprimento de uma decisão judicial que determinava a suspensão da greve.

A Codeba, que administra os portos da Bahia, reforçou que não permitiria obstrução de vias ou portões, mas mantendo o respeito às reivindicações dos trabalhadores, conforme declarado pelo diretor-presidente Antônio Gobbo.



Divulgação

Trabalhadores bloquearam o acesso ao Porto do Itaqui, afetando as operações. A Emap lamentou o descumprimento de decisão judicial que determinava a suspensão da greve

NACIONAL

Aviação comercial bate recorde em setembro com 10 milhões de passageiros

Setor registra maior volume histórico para o mês, impulsionado por rotas nacionais e internacionais

Fernando Frazão/Agência Brasil

Da Redação
redacao.jornal@redenebnews.com.br



Os dados regionais apontaram o Aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, como um dos grandes destaques, com uma alta de 185%, saltando de 305 mil para 870 mil passageiros

A aviação comercial brasileira registrou seu melhor desempenho histórico para o mês de setembro, movimentando quase 10 milhões de passageiros em voos nacionais e internacionais, um aumento de 5,7% em relação ao mesmo período do ano passado. Foram mais de 7,9 milhões de pessoas transportadas em rotas domésticas, o maior número desde o início da série histórica da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), em 2000.

No mercado internacional, o Brasil superou a marca de 2 milhões de viajantes em setembro pela primeira vez, registrando um aumento de 11,4% em

comparação ao mesmo mês de 2023.

Segundo o Governo Federal, esse crescimento é resultado de um plano estratégico conduzido principalmente pelo Ministério de Portos e Aeroportos,

que tem expandido a oferta de voos para destinos pouco atendidos, como Aruba, no Caribe, e Bogotá, na Colômbia.

Os dados regionais também mostraram crescimento, com destaque para o Aeroporto

de Brasília (DF), que recebeu mais 118 mil turistas em comparação ao ano anterior, e o Aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, que teve um crescimento de 185%, saltando de 305 mil para 870 mil passagei-

ros. No entanto, o Santos Dumont, também no Rio, apresentou queda de 48,3%, transportando 541 mil pessoas.

No Norte, o Aeroporto de Belém (PA) foi destaque, com um aumento de 16,45% no fluxo de passageiros, enquanto o Nordeste também apresentou resultados positivos em nove dos dez aeroportos mais movimentados, sendo o de Recife (PE) o maior, com crescimento de 12,67%. No Sul, embora o Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre (RS), tenha sido reaberto apenas em outubro, o de Curitiba (PR) liderou o fluxo de passageiros na região.

No mercado internacional, o Aeroporto de Guarulhos (SP) manteve-se como o principal ponto de entrada e saída do país, com 1,2 milhão de passageiros, enquanto o Galeão movimentou 363 mil pessoas, com alta de 28,7% em comparação a setembro de 2023.

REGIÃO SUL

Base Aérea de Canoas finaliza operações comerciais com reabertura do Salgado Filho

Fechamento do principal hub aéreo do Rio Grande do Sul por cerca de 170 dias exigiu transferências temporárias para a base militar

Divulgação/Esquadrão Pampa

JÚNIOR BATISTA
junior.batista@redenebnews.com.br



A Base Aérea de Canoas também foi fundamental ao permitir a movimentação de aeronaves empregadas no resgate e transporte de vítimas das cheias e de suprimentos

Após 148 dias, a Base Aérea de Canoas, no Rio Grande do Sul, deixou de receber, na manhã de segunda-feira (21), os voos comerciais que tinham sido transferidos do Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre. O fim das operações de empresas aéreas comerciais na base militar da região metropolitana da capital gaúcha ocorreu após a reabertura parcial do Salgado Filho, na manhã de segunda.

Responsável por mais de 90% do tráfego aéreo no Rio Grande do Sul, o Salgado Filho teve que ser integralmente fechado no dia 3 de maio por causa da catástrofe socioambiental que afetou mais de 2,34 milhões de pessoas e ceifou ao

menos 183 vidas em quase todo o estado e alagou pistas de pouso e decolagem e o terminal de passageiros.

O Salgado Filho passou cerca de 170 dias fechado, em obras ainda não integralmente

finalizadas. Durante este tempo, autoridades aeroportuárias autorizaram a Base Aérea de Canoas a receber voos comerciais para suprir parte da demanda. A base também foi fundamental ao permitir a movimen-

tação de aeronaves empregadas no resgate e transporte de vítimas das cheias e de suprimentos.

Segundo a Força Aérea Brasileira (FAB), entre o dia 27 de maio e segunda-feira, a Base

Aérea de Canoas registrou mais de 1,2 mil pousos e decolagens, permitindo o transporte de cerca de 210 mil pessoas impedidas de usar o Salgado Filho.

“Com a normalização e reabertura do aeroporto de Porto Alegre (Salgado Filho), a base aérea conclui uma fase crucial que ajudou a mitigar as consequências do fechamento do principal hub aéreo do Rio Grande do Sul”, comentou a corporação, em nota em que sustenta que “a retomada gradual e coordenada das operações na capital gaúcha alimenta a expectativa de que, em breve, a capacidade aérea da região Sul estará totalmente restabelecida”, disse a FAB.

REGIÃO NORDESTE

Fortescue recebe aval para projeto de hidrogênio verde no Pecém

Planta no complexo terá capacidade de produzir 837 toneladas do combustível por dia, com investimento inicial de R\$ 100 milhões

JÚNIOR BATISTA
cassio.lyra@redenebenews.com.br

A empresa australiana Fortescue recebeu autorização para iniciar as obras de preparação da unidade de produção de hidrogênio e amônia verdes no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (Cipp), no Ceará. A licença de instalação foi concedida pela Superintendência Estadual do Meio Ambiente (Semace) e publicada no Diário Oficial do Estado. Com isso, a Fortescue está liberada para iniciar os trabalhos na área de 135 hectares, situada no município de Caucaia.

A planta terá capacidade para processar 4.725 toneladas diárias de amônia verde, o que corresponde a 837 toneladas de hidrogênio verde (H2V) por dia. O investimento inicial pre-



ZPE Ceará/Governo do Ceará

A Fortescue está liberada para iniciar os trabalhos na área de 135 hectares, na ZPE do Ceará. A planta terá capacidade para processar 4.725 toneladas diárias de amônia verde

visto para essa fase é de R\$ 100 milhões, com a primeira etapa das obras envolvendo terraplanagem e drenagem de 121 hectares na Zona de Processamento para Exportação (ZPE 2 Ceará).

A resolução que autoriza a operação foi assinada pelo vice-presidente da República e ministro da Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin. O documento também concede à Fortescue um regime tributário,

cambial e administrativo especial de ZPE por 20 anos, condicionado ao cumprimento anual das exigências contratuais. O Ceará já firmou pré-contratos com outras empresas, como a espanhola FRV, a americana AES, as brasileiras Casa dos Ventos e Cactus, e a francesa Voltalia, além da própria Fortescue.

Com essa etapa concluída, as empresas começarão a pagar

uma espécie de aluguel à ZPE do Ceará para garantir espaço no setor 2, onde será instalado o hub de hidrogênio verde.

Projeto

O projeto da Fortescue no Brasil envolve um investimento de US\$ 5 bilhões em uma planta voltada à produção de hidrogênio verde (H2V) no Complexo Industrial e Portuário do Pecém.

O objetivo é que a indústria chegue a produzir 837 toneladas de hidrogênio verde por dia, com o uso de 2.100 MW de energia renovável. Na fase de construção, devem ser gerados 5 mil empregos.

Andrew ressaltou que a localização geográfica do Pecém é estratégica porque permite exportações para os mercados dos Estados Unidos e Europa a custos mais baixos que nos demais terminais do país.

O hub de H2V do Pecém já possui 34 memorandos de entendimento com empresas nacionais e internacionais, além de quatro pré-contratos assinados. O governo estadual estima que os investimentos possam ultrapassar os R\$ 145 bilhões.

BE NEWS 19h

VOCÊ É NOSSO CONVIDADO!

Fique por dentro de tudo que move o mercado.

APRESENTAÇÃO

NÚRIA BIANCO

De segunda a sexta-feira, às 7 da noite, o telejornal BE News 19 horas traz as principais notícias do setor de Infraestrutura em todo o Brasil e nos principais mercados internacionais.

ACESSE E INSCREVA-SE



TV BE News no Youtube
@tv_benews

www.tvbenews.com.br

REDE
BE NEWS
JORNAL • PORTAL • TV